

**DESAFIOS ENFRENTADOS PELO CAMPUS IFSC - CAÇADOR PARA MANTER
A QUALIDADE NO ENSINO DIANTE DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS
REALIZADOS PELO GOVERNO FEDERAL**

Silvia de Oliveira
Telma Nunes da Rosa Mallmann

Orientador: Prof. Amilton Luiz Rabello

RESUMO

O referido projeto tem como objetivo trazer informações importantes referentes aos desafios enfrentados pelos Institutos Federais a fim de manter a qualidade do ensino mesmo diante do contingenciamento imposto pelo Governo Federal. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa exploratória, com coleta de dados através de entrevista com perguntas feitas diretamente ao servidor responsável pela parte administrativa do IFSC – Caçador e com o gestor responsável pela unidade. Para complementar o estudo foram realizados estudos bibliográficos e análise dos dados coletados. O orçamento público é uma ferramenta de suma importância da administração pública que deve ser elaborado anualmente pela União, pelos Estados e pelos Municípios, funcionando como uma ferramenta de planejamento do Estado, cujo principal objetivo é definir e organizar prioridades, objetivos e metas, estimando as receitas e fixando as despesas, de forma a contemplar as reais necessidades e melhor atender as necessidades da população, no entanto, quando este é administrado de maneira incorreta quem sofre as consequências maiores é a população. A partir dos levantamentos realizados, forma apresentados como resultado, a proposição de seminário para informar aos alunos, servidores e comunidade sobre o planejamento orçamentário e as ações realizadas pela gestão para minimizar os impactos que contingenciamento ocasionou na instituição pública.

Palavras – chaves: IFSC; Gestão Orçamentária; leis orçamentárias; Planejamento; Contingenciamento.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a Rede Federal de Educação Profissional como era conhecida sofreu várias modificações e aos poucos foi adequando-se às novas demandas apresentadas pela sociedade e pelos interesses políticos. Nota – se também que neste cenário faltou ao governo brasileiro um bom planejamento para a execução das leis orçamentárias do país, sendo este um dos motivos pelo qual se ouve durante tanto tempo notícias sobre os cortes orçamentários na educação brasileira. Neste sentido,

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e Leis mais abrangentes, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o foco mudou e os sistemas de controle evoluíram. Uma dessas notadas evoluções é justamente o orçamento público, um instrumento da administração pública, que envolve aspectos políticos, econômicos e organizacionais e funciona como uma ferramenta de planejamento do Estado, cujo principal objetivo é organizar e definir prioridades, metas e objetivos, estimando-se receitas e despesas de forma a melhor atender as necessidades e anseios da população (SANTOS, 2011 apud MARTINELLI, 2015).

Portanto, a promulgação da Constituição federal foi um marco de suma importância para o avanço da democracia brasileira e quando bem executado garante o bem-estar social de toda população em todos os setores, onde ela vem sendo aprimorada ano após ano, mas se este não for bem executado pelo poder público o seu uso será em vão e não contribuirá de forma positiva para a organização financeira do país fazendo com que o mesmo permaneça em recessão e precise ano após ano retirar dinheiro da educação prejudicando grande parte de sua população que depende do ensino público para conseguir ter uma profissão e um futuro melhor.

Assim, partindo deste pressuposto este estudo teve como objetivo averiguar como o corte orçamentário imposto pelo governo federal afetou a qualidade do ensino do IFSC-Caçador. Buscando responder a seguinte problemática: Quais foram as ações realizadas pelo campus Caçador, para minimizar os impactos do contingenciamento orçamentário efetuado pelo governo federal?

Como base metodológica fez-se uma pesquisa de campo onde criou-se um questionário, com o diretor-geral e a chefe do departamento administrativo, bem como uma pesquisa bibliográfica que serviu de base para descrever e apresentar

informações pertinentes ao orçamento público, leis orçamentárias, gestão de orçamento e contingenciamento de orçamento.

Com isso, buscou-se entender como o IFSC-Caçador consegue manter suas atividades e seu ensino de qualidade mesmo enfrentando problemas com os cortes orçamentários.

2 Gestão orçamentária

O sucesso de determinado negócio, seja ele público ou privado só tem chance de dar certo quando se é tomado as decisões corretas e se conhece a fundo o seu negócio de trabalho, pois muito se sabe que um dos motivos mais recorrentes da falência de empresas é o descontrole financeiro. Portanto, a gestão orçamentária tem como objetivo ajudar no planejamento e monitoramento das finanças de determinada empresa para que ela consiga fazer investimentos sem prejudicar os gastos fixos de todos os meses.

Para que isso aconteça tem-se a gestão orçamentária, um instrumento baseado em processos administrativos, onde os gestores focam na interação do contexto das ações desenvolvidas, tentando proporcionar a comunidade o atendimento às necessidades que seja de cunho financeiro, para se efetivar um trabalho de qualidade o gestor deve contar com a ajuda de profissionais eficientes capacitados para tais atividades.

Sendo assim, na instituição privada é importante ter uma gestão financeira eficiente, pois o mesmo é responsável pelo bom funcionamento da organização, sua maior permanência dentro do mercado de trabalho e multiplicar as riquezas dos donos e acionistas da empresa fazendo investimentos com o capital, bem como administrando os recursos de giro da empresa. Para tanto, Vargas *et al.* (2015 apud Gonçalves, 2015)

salienta que o planejamento é a base da gestão financeira da empresa, pois partindo de onde se quer chegar, pode-se elaborar metas para alcançar estes objetivos. É essencial a colaboração de todos os funcionários da organização para alcançar os objetivos planejados.

Já gestão pública, um dos papéis da gestão financeira é ajudar a planejar as receitas para o orçamento público, gerir das despesas, de forma que sejam

efetuadas as atividades necessárias para atender os anseios do cidadão. Sendo assim,

É importante conceber que tanto a receita como a despesa pública são executadas – arrecadadas ou despendidas – após procedimento definido em lei. Assim, qualquer movimentação de recursos públicos depende de lei. Para ser possível a execução orçamentária e financeira, é imprescindível a existência de leis orçamentárias. Neste sentido, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal defendem a coerência orçamentária, ou seja, a relação harmônica entre PPA, a LDO e a LOA. (KANAYAMA, 2016).

Entende-se que para ter uma gestão orçamentária de qualidade seja ela em uma instituição pública ou privada é preciso trabalhar com projeções voltadas ao futuro, com objetivos bem traçados e organizados baseados no processo orçamentário. Ou seja, executar adequadamente o orçamento público.

Há muitos anos é possível detectar a presença do Estado na organização das atividades humanas e da sociedade, onde o mesmo dirige suas atividades em tentar suprir as necessidades da população. Sendo assim, genericamente se pode dizer que a finalidade do Estado é:

A realização do bem comum e a promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais. A fim de que possa concretizar seus objetivos, o Estado exerce atividade financeira, ou seja, a procura de meios para satisfazer as necessidades públicas (CREPALDI; CREPALDI, 2013).

Sendo assim, entende-se que o Estado é responsável pela sua atividade financeira, precisando ir atrás de recursos financeiros para viabilizar soluções para as necessidades da sociedade, no entanto, para que seus recursos financeiros atendam às necessidades de todos é preciso que o dinheiro seja bem administrado e para tanto é necessário ter um orçamento público e que o mesmo seja bem administrado por quem está no poder. Portanto, para (LIMA E CASTRO, 2000 apud MARTINELLI, 2015).

Orçamento público é o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, aos planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação das receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade.

De acordo com SANTOS (2013, p. 08),

Orçamento público pode ser definido como o ato administrativo revestido de força legal que estabelece um conjunto de ações a ser realizado, durante

um período de tempo determinado, estimando o montante das fontes de recursos a ser arrecadado pelos órgãos e entidades públicas fixando o montante dos recursos a ser aplicado pelos mesmos na consecução dos seus programas de trabalho, a fim de manter ou ampliar os serviços públicos, bem como realizar obras que atendam às necessidades da população.

Assim, o fato é que o orçamento público é um documento de suma importância para o governo, sendo este, um processo de planejamento contínuo e dinâmico que possibilita ao mesmo mostrar à sociedade seus planos e programas de trabalho, se tornando um documento fundamental das finanças do Estado. Conforme cita XEREZ (2010, p. 04),

O orçamento público é considerado o instrumento fundamental das finanças públicas e tem como características traduzir os projetos e programas de governo, bem como as políticas financeiras, econômicas e sociais adotadas pelo chefe do Poder Executivo. É nele que está discriminado a origem e a estimativa do montante dos recursos a serem obtidos e das despesas que pretende realizar, com clareza e responsabilidade de uma forma planejada e integrada para atender as necessidades públicas, quer seja para manutenção das suas atividades, quer seja para a execução de seus projetos.

Já (ANGÉLICO, 1995 apud VIEIRA, 2011), define orçamento como um planejamento de aplicações de recursos esperados em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro. Entendendo-se que orçamento público é o espelho das finanças de um governo, onde nele deve-se conter todas as suas informações financeiras.

SANTOS (2013, p.09), complementa que: “as despesas fixadas no orçamento são cobertas com o produto de arrecadação dos impostos federais”, no entanto, como as receitas são estimadas pelo Governo Federal, estas podem ser maiores ou menores, pois depende se a economia do país irá crescer ou não durante o ano. Assim XEREZ (2010, p. 04) complementa que:

É no orçamento público que estão todas as receitas e despesas que serão realizadas pelo Poder Executivo. No orçamento público as receitas que são as entradas financeiras obtidas através de tributos (impostos e taxas), que podem ser: orçamentária (receitas correntes e receitas de capital) e extra-orçamentária, já as despesas que são as ações realizadas pelo o governo ao decorrer de sua administração, podem ser: orçamentária (despesas correntes, e as despesas de capital), e as extra-orçamentárias.

Portanto, desde o seu surgimento, o orçamento público teve uma grande contribuição como elemento disciplinador das finanças governamentais, pois há uma

grande preocupação do Estado em manter o equilíbrio financeiro das contas públicas, mas o fato é que a sociedade também tem papel fundamental para o controle das contas públicas, pois o orçamento em sua maioria vem da arrecadação de impostos e taxas que são pagos pela população e ela por sua vez, espera que este seja transformado em benefícios de todos e não de alguns.

2.3 Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Orçamentária Anual – LOA é uma ferramenta de planejamento de curto prazo, ou seja, ela só é válida para o período de 01 (um) ano, tendo como objetivo gerenciar as receitas e as despesas públicas dos municípios brasileiros. Assim, pode-se dizer também que a LOA pode ser conhecida como:

“Lei de meios”, onde apresenta elementos fundamentais na gestão dos recursos públicos, uma vez que sem ela o administrador público não auferiria autorização do Poder Legislativo para executar o orçamento, através das despesas públicas nela contidas (CONASEMS, 2016).

Portanto, o administrador público não pode executar nenhum tipo de ação no Estado ou Governo se este não estiver registrado na LOA. (LEITE, 2011) complementa que:

[...] a Lei Orçamentária Anual (LOA) abarca o orçamento fiscal (receitas e despesas) referente aos três poderes da União, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, além do orçamento de investimentos das empresas estatais, bem como o orçamento da seguridade social (art. 165, 5º, da CF). [...] A LOA é a lei que integra o programa e a sua execução. Numa cadeia integrativa, pode-se afirmar que o programa concretiza o plano governamental (política), e a LOA (orçamento) concretiza o programa, o que lhes confere integralidade e unidade desde a origem.

Pode-se dizer então que a LOA é a fase onde se estima a receita e se fixa as despesas com base nas orientações traçadas no Plano Plurianual (PPA) que é um planejamento feito a médio prazo e abarca mais de uma gestão e em sintonia com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) a qual é a lei que orienta os orçamentos que constituem a LOA.

2.3.1 LOA e orçamento dos IF

A LOA como já mencionado no item acima é a Lei de Orçamento Anual, onde que é elaborada anualmente e prevê o orçamento fiscal (receitas e despesas) dos três poderes da União. Assim, através deste planejamento é possível que o Governo ofereça serviços de qualidade para a população. Após o detalhamento do orçamento, o governo distribui a as cotas priorizando alguns setores como: saúde, educação, saneamento, segurança e entre outros.

Portanto, o orçamento dos Institutos Federais primeiramente é determinado pela LOA e depois pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) juntamente com o SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação) (SETEC/MEC) que faz a distribuição orçamentária para rede federal de educação profissional e tecnológica, ou seja, os IF do Brasil. O órgão representativo da Rede de IF é o CONIF, Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que é composto pelos reitores dos Institutos Federais do país e, todos os anos o CONIF apresenta uma proposta de divisão orçamentária para dividir o orçamento disposto à SETEC/MEC para rede federal de EPT, com o objetivo de custear as despesas do próximo ano letivo dos Institutos Federais.

Para isso, foi desenvolvida uma matriz na qual o orçamento anual da Rede é distribuído entre as reitorias e os campi, a partir da quantidade de matrículas, levando-se em conta o curso, a carga horária do curso e fatores como eixo tecnológico de atuação e características do campus. Esta ferramenta é chamada de Matriz CONIF e distribui, principalmente, recursos para o custeio das instituições. (IFMS, 2019).

Neste sentido, a matriz orçamentária é elaborada anualmente pelo Fórum de Planejamento (Forplan), vinculado ao CONIF. Segundo informações do (IFSC, 2016) “Esse montante é calculado a partir do orçamento do ano corrente, ajustado pela inflação acumulada no ano e projeções de crescimento”.

As instituições federais possuem dois tipos de despesas que são as discricionárias e as obrigatórias.

A despesa pública pode ser dividida em dois grupos: as despesas obrigatórias, que “são aquelas nas quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional” (BRASIL, 2017). Já as despesas

discricionárias, conforme Crepaldi; Crepaldi (2013), são aquelas nas quais o governo tem o poder de flexibilidade para estabelecer seu montante e consequente execução, desde que observados os elementos essenciais para prestação de bens e serviços à sociedade.

As despesas discricionárias ou não-obrigatórias, servem para o pagamento das despesas específicas de cada campus como por exemplo: pagar conta de água, luz, segurança, bolsas acadêmicas etc., sendo assim, é neste orçamento que o governo realiza os cortes de verbas. Já as verbas obrigatórias são aquelas destinadas ao pagamento do salário dos servidores, onde não se pode realizar os cortes.

Quando o governo realiza a distribuição das verbas alguns conceitos são levados em consideração como destaca (MENEZES, 2019),

[...] números de matrículas, oferta de cursos, produção de conhecimento científico, resultados da avaliação do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) ou da Capes (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior).

No entanto, quando se trata de IF o valor pago pelo número de matrículas é diferenciado, pois o valor depende do curso em que se está matriculado.

2.5 O Decreto de contingenciamento

O contingenciamento é o retardamento ou bloqueio de despesas programadas previstas na Lei Orçamentária pela falta de verbas do Governo Federal. Esse decreto de contingenciamento geralmente é feito no início de cada ano fazendo com que isso limite os valores autorizados na LOA.

Segundo o Decreto Nº 9.741 de 29 de março de 2019,

Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Esse decreto tem por principal objetivo cumprir a meta do déficit financeiro do governo, neste ano de 2019 o valor de bloqueio se aproxima de R\$ 1,44 bilhões, sendo que 19 ministérios foram afetados, os maiores bloqueios aconteceram nos:

- Ministério da Cidadania;

- Ministério da Educação e;
- Ministério da Economia, agricultura, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Relações Exteriores e Turismo.

A meta de gastos não obrigatórios caiu de 129 bilhões para 87,41 depois dos cortes de verbas, mas para o governo esse valor de contingenciamento de despesas não obrigatórias ainda é muito baixo no impacto que está a atual economia. Os gastos não obrigatórios afetados são, infraestrutura, defesa, agropecuária, Pronatec, Farmácia popular, despesas administrativas entre outros.

Segundo o MEC (apud G1.Globo, 2019) “a medida foi tomada porque a arrecadação de impostos está menor do que o previsto, e o dinheiro pode voltar às universidades caso ela suba. Esse bloqueio de verbas se chama “contingenciamento”, atinge todos os ministérios e já foi aplicado em outros anos”.

O governo acredita que até o final do ano consiga regularizar gastos e desbloquear esses valores, se obtiver um crescimento maior na economia e um grande impacto na arrecadação.

3 METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2005), o método constitui-se na forma de selecionar técnicas, para se realizar a pesquisa científica, logo as técnicas são fruto das decisões do pesquisador. Assim, métodos podem ser entendidos como regras de escolha e as técnicas como as próprias escolhas.

Assim, o referido trabalho consiste em uma pesquisa descritiva básica (A pesquisa que vocês estão realizando é uma pesquisa aplicada, pois “busca gerar conhecimento para a aplicação prática e dirigida à solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos”), pois ela procura expor fatos importantes que envolvem o desafio enfrentado pelos IF quanto ao contingenciamento da verba feita pelo Governo Federal todos os anos e que afeta a realização com qualidade das atividades extraescolares e a formação continuada dos professores ao longo do ano.

Tendo também a finalidade de analisar os métodos utilizados pelo Governo Federal quanto a maneira utilizada na distribuição da verba para os IF através de conversas e entrevistas com responsáveis pelo IFSC – Caçador.

Sendo assim, o recurso utilizado para a construção do projeto foi a pesquisa bibliográfica através da leitura de livros, artigos, dissertações e sites da internet

relacionados ao tema do referido projeto, além de uma abordagem qualitativa onde foi levantado alguns dados através de um questionário, acerca das atividades realizadas pelo setor administrativo do IFSC – Caçador.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa foi considerada como exploratória, pois de acordo com Gil (2007), este tipo de pesquisa tem como objetivo propiciar maior familiaridade com o problema, de forma a torná-lo perceptível. Além de exploratória, a pesquisa também é descritiva, ou seja, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seu objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômenos ou, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é considerada qualitativa, pois foi levantado alguns dados através de um questionário, acerca das atividades realizadas pelo setor administrativo do IFSC – Caçador. Sendo assim, para Beuren et al., (2006) a principal diferença de uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de que aquela não emprega um instrumento estatístico no processo de análise do problema.

Em relação aos procedimentos esta pesquisa utilizou como fontes uma pesquisa teórica e bibliográfica sobre a matéria, através de dados de campo coletados no IFSC câmpus Caçador, pois segundo Marconi e Lakatos (2005), tal procedimento constitui-se na investigação do tema estudado em documentos escritos ou não, ou seja, fazendo uso de fontes primárias como livros, dissertações, artigos, etc..., utilizando-se fontes que ainda não receberam um tratamento analítico.

Quanto à natureza esta pesquisa foi realizada sob uma intervenção observacional, pois como define Fontelles (2009) os fenômenos ou fatos, são observados, sem nenhuma intervenção do pesquisador que pudesse interferir no curso natural e/ou no desfecho daqueles, embora pudesse neste meio tempo, realizar medições, análises ou outros procedimentos para a coleta dos dados

4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

4.1 o Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC – Campus Caçador

Nestes 110 anos o IFSC (como atualmente é chamado) passou por várias transformações ao longo do tempo começando pelo seu ano de criação por meio do

decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. Seu nome era Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina.

Seu objetivo era proporcionar formação profissional aos filhos de classes socioeconômicas menos favorecidas. A primeira sede foi instalada em 1º de setembro de 1910, em um prédio cedido pelo governo do Estado, na Rua Almirante Alvim, no Centro da capital catarinense (IFSC, 2019a).

Assim, a instituição oferecia cursos de formação em desenho, tipografia, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica. Dessa forma, a escola atuava em consonância com os avanços tecnológicos da época.

Com o passar dos anos o IFSC, foi sofrendo várias modificações sejam elas de estrutura física (mudanças de sede), quanto em sua estrutura metodológica. Segundo, (ALMEIDA, 2019),

A partir de 1968, com a portaria ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso Ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio).

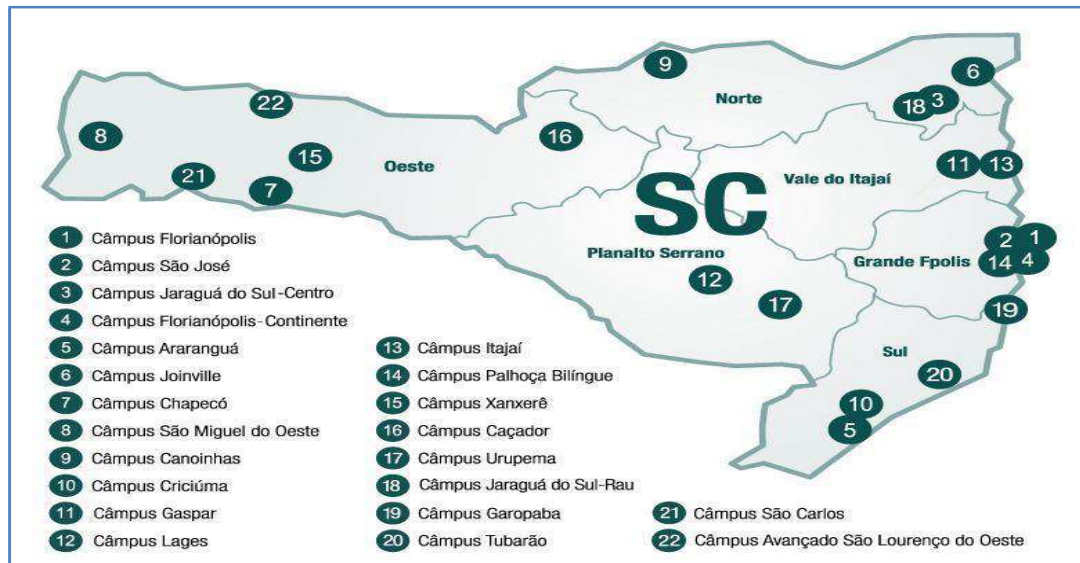
Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), a LDB, e da reforma do ensino de primeiro e segundo graus (fundamental e médio) introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com segundo grau.

Já no ano de 2002 com a lei 8.948/1994 todas as ETF – SC foram transformadas em CEFET – SC e com essa mudança a instituição passou a oferecer também cursos superiores de tecnologia e pós-graduação (especialização). No ano de 2008 mais uma grande mudança acabou acontecendo, onde com a lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que transformou os CEFET em Institutos Federais. Após estas mudanças o Instituto Federal de Santa Catarina ampliou fortemente seus campus e no ano de 2009 e 2010 construiu 13 campus em todas as regiões do estado, onde um deles é o único a ser bilíngue, pois oferece aulas em Libras (Língua Brasileira de Sinais). Em 2015 foram inaugurados outros 3 campus.

O IFSC em sua totalidade possui 22 campus em toda Santa Catarina que oferecem cursos de qualificação profissional, cursos técnicos, de graduação, pós-graduação, ações e projetos de pesquisa e extensão a fim de ajudar a comunidade e a sociedade. Cada campus do IFSC têm o diretor-geral e sua equipe administrativa e pedagógica que auxiliam no bom desempenho do campus.

O mapa a seguir (figura 1) mostra a distribuição do IFSC no estado.

Figura 1 Estrutura organizacional do IFSC



Fonte: IFSC, 2019b

Os institutos federais de maneira geral têm sua estrutura multicampi, ou seja, possui uma reitoria que é a administradora geral (neste caso, Florianópolis) e tem as unidades descentralizadas que são os campi que se espalham pelo estado.

O IFSC é caracterizado por uma estrutura organizacional administrativa e didático-pedagógica independente. Essa estrutura é conjugada sob a forma de Sistema, buscando a integração e o padrão nas ações de planejar e executar. Esse modelo possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia para os campi na operacionalização de suas ações (IFSC, 2019a).

Em sua estrutura básica o IFSC também possui a seguinte estrutura básica a fim de atender seus objetivos educacionais.

- Gabinete da Reitoria;
- Pró-Reitoria de administração;
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
- Pró-Reitoria de Ensino;
- Pró-Reitoria de extensão e Relações externas;
- Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e inovação.

4.2 IFSC câmpus Caçador

O IFSC na cidade de Caçador – SC iniciou suas atividades no ano de 2011 no bairro Champagnat (Avenida Fahdo Thomé, 3000), próximo ao Centro da cidade. Inicialmente o campus era composto apenas por um pequeno prédio que ofertava apenas cursos técnicos.

Já no ano de 2016 com a construção do prédio maior passou a oferecer cursos nos três períodos desde o ensino médio até cursos de pós-graduação nas modalidades de educação a distância e presencial. Sendo assim, destaca-se:

Presente na região do Contestado, contribui significativamente para formação profissional e tecnológica da comunidade de Caçador e região. Polo de ações de extensão e pesquisa, tem dado bons retornos à comunidade fomentando arte e cultura, bem como produzindo e disseminado conhecimento técnico-científico, visando mudar as realidades das comunidades da região através do saber construído (IFSC, 2019c).

O IFSC Caçador, é um Campus cuja a Reitoria tem sua sede em Florianópolis, porém com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sendo sua estrutura organizacional formada por:

- Direção-geral;
- Assessoria da direção-geral;
- Departamento de administração;
- Departamento de ensino, pesquisa e extensão;
- Assessoria do departamento.

Atualmente o IFSC - Caçador conta com 1136 alunos que estão distribuídos em uma área construída de aproximadamente 4.700 m², com um orçamento para o ano de 2019 para custeio no valor de R\$ 1.480.830,00 e para investimentos no valor de R\$ 196.892,00. Orçamento este comprometido, conforme estabelecido no Decreto Nº 9.741 de 29 de março de 2019. Quando “dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências”. (BRASIL, 2019).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Coleta e Análise dos Dados

Para obtenção dos dados para pesquisa, foi realizada uma entrevista (anexo) com a representante do setor administrativo do IFSC – Caçador a Sr. Priscilla Canalli Caramori Maffessoni e com Diretor-Geral do Câmpus Caçador Eduardo Nascimento Pires.

Para entrevista, foi utilizado um roteiro estruturado contendo perguntas como: de onde vem a recurso que mantém o IFSC? Qual é o valor estimado para vir ao campus Caçador antes e depois do corte? Como vocês fazem a distribuição do dinheiro (crédito)? O contingenciamento afetou a qualidade do ensino de que maneira? Como o governo calcula os recursos (crédito) para cada IF? Como o IFSC – Caçador irá terminar o ano de 2019 referente ao orçamento disponibilizado? De que maneira os alunos e professores são afetados com o contingenciamento do orçamento (crédito)?

Segundo as informações repassadas por eles o planejamento orçamentário sempre é feito no ano anterior através do PAT (Plano Anual de Trabalho), por exemplo, em 2018 foi feito o planejamento do ano de 2019, no entanto, quando eles fazem este planejamento ele é feito em cima de um valor aproximado usando como base o valor do ano de 2018 e o mesmo é feito coletivamente onde há definição dos recursos orçamentários e as prioridades para o próximo ano. Eles também expuseram que o crédito enviado vem com base nos cálculos da matriz CONIF, a partir dos valores aprovados na LOA. Neste sentido, o cálculo para divisão do orçamento é realizado em cima da quantidade de alunos que cada IF tem. No caso de Santa Catarina, o crédito é disponibilizado para na Reitoria em Florianópolis, para depois serem descentralizados para os campus em forma de cotas, baseado na quantidade de alunos que este possui e em qual curso estão matriculados, além de outros requisitos que compõe a matriz, pois dependendo do curso o montante repassado pelo governo é diferente. Conforme visto anteriormente, o orçamento do Campus Caçador para o ano de 2019 em custeio foi de R\$ 1.480.830,00 e para investimentos no valor de R\$ 196.892,00.

Também foi relatado que no caso específico do IFSC – Caçador, o contingenciamento realizado pelo governo não os afetou em grandes proporções, pois vão conseguir terminar o ano com orçamento para executar suas despesas. Assim, a participação de todos os segmentos do Campus foi importante, ou seja,

gestão, servidores e alunos. Como explicado por Vargas *et al.* (2015 apud Gonçalves, 2015),

salienta que o planejamento é a base da gestão financeira da empresa, pois partindo de onde se quer chegar, pode-se elaborar metas para alcançar estes objetivos. É essencial a colaboração de todos os funcionários da organização para alcançar os objetivos planejados.

Ela ainda nos informou que o crédito nunca vem todo de uma vez, mas sim, em partes e são usados com prioridade execução das despesas fixas do campus como: água, luz, limpeza terceirizada, manutenção do veículo, segurança, jardinagem e um pouco em caixa para despesas de emergências.

Como bem esclarece Andrade (2002, p. 75) quando considera que despesa pública constitui-se em:

toda saída de recursos ou de todo o pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na lei do Orçamento ou em lei especial e destinado à execução dos serviços públicos, entre eles custeios e investimento, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a título de cação, depósito e consignações.

Já em relação ao que o contingenciamento poderia afetar na área da qualidade do ensino, a gestora explicou que para não fechar o ano no vermelho, foi preciso cortar algumas despesas do campus, como as bolsas pagas para os projetos dos professores e alunos, despesas com viagens para professores fazerem cursos e realizarem as viagens técnicas com os alunos. No entanto, a gestora ressalta que apesar destes cortes os professores buscam sempre fazer o melhor para que os alunos não sejam prejudicados, sempre buscando maneiras alternativas para ensinar sem gastar “dinheiro”.

Conforme Xerez (2010, p. 04), “O orçamento público é considerado o instrumento fundamental das finanças públicas e tem como características traduzir os projetos e programas de governo [...]”. Neste contexto, o Campus buscou a melhor forma de gerenciar suas despesas, para evitar cortes mais drásticos no seu orçamento. Sendo as “despesas é o desembolso ou saída de recursos financeiros para a execução de gastos com serviços, aquisição de materiais de consumo ou permanentes e serviços” (RABELLO, 2019). Baleeiro (1981 apud WILGES, 2006, p. 156), reforçam que a despesa pública é o “conjunto de dispêndios do Estado, ou de outra pessoa de direito público, para funcionamento dos serviços públicos”. Portanto,

saber executar suas despesas com base nas situações que se apresentam para melhor uso do seu orçamento em prol da sociedade.

Também foi informado que a oferta de novos cursos no campus Caçador também não foi afetada, pois os professores têm uma carga horária que deve ser cumprida dentro do campus, o que possibilita a oferta dos cursos normalmente.

Após a coleta de dados através da entrevista e da revisão bibliográfica foi possível entender como os créditos são distribuídos nos IF, como ela é usada no IFSC – Caçador para que a qualidade do ensino seja menos prejudicada possível, como eles distribuem o crédito para a manutenção do prédio e para a execução das despesas fixas de todos os meses.

Assim, as etapas que constituíram tal pesquisa foram: montagem da entrevista, aplicação da entrevista para a responsável do setor administrativo do IFSC – Caçador e análise dos dados coletados para que posteriormente estes dados sejam apresentados ao corpo discente do IFSC através de um seminário para que assim, eles tenham um maior conhecimento sobre como é usado o orçamento enviado pelo Governo Federal para que o impacto com os cortes não prejudique tanto os alunos e demais funcionários do IFSC – Caçador.

6 DISCUSSÃO E DELIBERAÇÕES DO ESTUDO

Neste sentido, através do estudo bibliográfico e da pesquisa de campo se percebe que a grande maioria da comunidade escolar (alunos, professores e familiares) não têm muita noção sobre de onde vem o orçamento que mantém o IFSC – Caçador e sobre como ela é usada, e quando surgem as notícias de contingenciamento, a servidora Priscilla (Departamento Administrativo IFSC - Caçador) nos informou que a comunidade escolar fica bastante preocupada e os questionando sobre o futuro do IFSC são inevitáveis, e muitos questionamentos surgem, como: será que o IFSC vai fechar? E a qualidade dos cursos vai diminuir? Será que novos cursos não serão abertos?

Assim, como proposição, se torna importante que o gestor juntamente com sua equipe administrativa realize um seminário aos servidores, alunos e comunidade escolar, a fim de explicar as ações que serão realizadas para minimizar os impactos do corte orçamentário realizado pelo Governo Federal e compreender de onde vem o dinheiro que mantém o câmpus. Neste sentido. Martinelli (2015) entende que:

Um dos grandes desafios da Administração Pública é satisfazer o interesse público, utilizando os recursos públicos da melhor forma possível para que as demandas sociais sejam atendidas de forma satisfatória e, conseqüentemente, os municípios possam crescer economicamente de forma que os recursos sejam suficientes não apenas para resolver os problemas, mas principalmente para que possam ser destinados às oportunidades.

Também é importante que o gestor e sua equipe expliquem à comunidade o que é e para que serve o orçamento público, pois é através dele que muitas ações podem ou não ser realizadas para a comunidade. Martinelli (2015) entende que “orçamento público é o principal documento onde as ações do governo são divulgadas para a sociedade” e se torna imprescindível que a comunidade escolar conheça melhor essa ferramenta usada pelo governo federal. No entanto, a mesma deve ser apresentada de forma clara e sucinta, pois como destaca Silva (2009 apud, p. 192 Vieira, 2011 p. 15),

[...] se o orçamento é hermético e vem acompanhado de complicados quadros que só o técnico entende, é possível que os interessados não compreendam seu conteúdo e alcance e, por via de consequência, não consigam descobrir coisas fundamentais para a via do cidadão comum

Portanto, é importante que o gestor na hora de repassar as informações seja claro em sua explicação para que a população se tranquilize e entenda a maneira como funciona administrativamente um campus do IFSC.

O IFSC - Caçador é uma “ferramenta” de ensino muito valiosa e bem vista por toda a comunidade caçadoreense e, entender melhor sobre a vida financeira da instituição onde estão inseridos faz-se-a de suma importância para todos, até mesmo na conscientização de cuidar do patrimônio, pois tudo que ali está investido é dinheiro da própria comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho traz de forma clara e objetiva um pouco da história do IFSC e do IFSC campus Caçador, bem como os desafios enfrentados pelo IFSC – Caçador em manter a qualidade do seu ensino mesmo com o contingenciamento de orçamentário. Também, através deste, é possível entender a importância que uma gestão de qualidade tem na hora de organizar as finanças de uma instituição para que a mesma não sofra perdas tão expressivas durante o contingenciamento.

Durante o processo de pesquisa e conversa com funcionários do setor administrativo do IFSC entendeu-se que todo orçamento enviado para qualquer instituição pública precisa ser planejado pelo Governo Federal, pois como qualquer instituição seja ela pública ou privada se não houver um bom planejamento é possível que o estabelecimento feche as portas, pois quando o dinheiro é enviado a instituição quem faz a distribuição dos créditos é o gestor e sua equipe financeira e se o mesmo não for usado da maneira responsável poderá comprometer todos que dependem daquela instituição para formar seu futuro e foi pensando neste viés que as leis orçamentárias se tornaram presentes na Constituição Federal de 1988 e se fazem tão presentes até os dias atuais.

Assim, entende-se que o orçamento é um dos grandes responsáveis pelo andamento dos serviços públicos e é notória a sua importância, visto que ele ajuda os gestores nas tomadas de decisões, onde o mesmo quando bem desenvolvido e elaborado trará bons resultados na gestão até mesmo nos momentos de contingenciamento orçamentário realizado pelo Governo Federal, pois uma boa gestão precisa passar por estes desafios sem prejudicar a qualidade do seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Hellen Martins de; COSTA, Antonia Vadelucia. **Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão**. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 559-577. ISSN: 1981-1179.

APARECIDO CREPALDI, Silvio. SIMÕES CREPALDI, Guilherme. **Orçamento Público. Planejamento, elaboração e controle**. Editora: Saraiva, 1ª. ed. 2013, p. 272

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, I. M.; COLAUTO, R. D.; BONA PORTON, R. A.; De SOUZA, M. A. B.; RAUPP, F. M.; LONGARAY, **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e Prática**.3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

BRASIL. Decreto Nº 9.741, de 29 de março de 2019. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019. Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - A - 29/3/2019, Página. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9741-29-marco-2019-787884-publicacaooriginal-157654-pe.html> Acesso em: 21 set. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. **Metodologia da Pesquisa Científica:** Diretrizes para elaboração de um protocolo de pesquisa. 2009. Disponível em: <https://cienciassaude.medicina.ufg.br/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf>. Acesso em 20 out. 2019.

FERREIRA LEITE, Harrison. **Autoridade da Lei Orçamentária.** Editora: Livraria do Advogado, 1ª.ed. 2011. 276 p.

FIGUEIREDO, Luiza Tenente e Patrícia - **Entenda o corte de verba das universidades federais e saiba como são os orçamentos.** Disponível em:<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GAMA, Rezende Janyluce. VELTEN, Simone. **Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato, Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais,** 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo, Atlas, 2007.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - IFSC. **Estrutura Organizacional. 2019.** Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/estrutura-organizacional>. Acesso em: 13 nov. 2019

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – IFSC. **Página eletrônica dos Campus. 2019.** Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/campus>. Acesso em: 13 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA IFSC. **Página do Campus Caçador. 2019** Disponível em: http://cacador.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=810&Itemid=161. Acesso em: 13 out. 2019.

MENEZES, Luiz Fernando. **Desenhamos fatos sobre o orçamento das universidades federais.** 2019. Disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-o-orcamento-das-universidades-federais/>. Acesso em: 15 out. 2019.

MACEDO MARTINELLI, Rodrigo. **Orçamento Público: Um Estudo De Caso da Prefeitura do Município de Barretos/SP.** Brasília – DF, 2015

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005;

MORAIS VIEIRA, Vanessa. **A Importância do Orçamento Público. Uma análise geral sobre seus principais aspectos e os despertar da consciência cidadã.**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Porto Alegre, 2011.

OTANI, Nilo. **Livro Didático de Metodologia**. Curso de Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica. Cerfead/IFSC. Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/course/index.php?categoryid=258>. Acesso em 01 out. 2019

RABELLO, Amilton Luiz. **Livro Didático de Orçamento Público**. Curso de Gestão Pública na Educação Profissional e Tecnológica. Cerfead/IFSC. Santa Catarina. 2019. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=102870&chapterid=24979>. Acesso em 01 dez. 2019.

SANTOS, Franklin. **Orçamento Público do Governo Brasileiro**, 2ª.ed. 2011.

STORINO, Waldir. **Orçamento Empresarial como Ferramenta de Gestão**. Visão geral prática e eficiente para o que se define como um efetivo controle do lucro e resultados na empresa. 1ª ed. 2016. 91 p.

VARGAS, Rodrigo. **Gestão Financeira Pública Versus Privada**. Revista Maiêutica, Indaial, v. 5, n. 1, p. 147-156, 2017.

VIEIRA, Vanessa Moraes. **A importância do Orçamento Público: Uma análise Geral sobre seus principais aspectos e despertar da consciência cidadã**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRS. 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34856/000784840.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2019.

XEREZ, Sebastião. **A Evolução do Orçamento Público e seus Instrumentos de Planejamento**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, Nº. 000043, 01/11/2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-do-orcamento-publico-e-seus-instrumentos-de-planejamento>. Acesso em: 15 out. 2019.

APÊNDICE

Entrevista realizada com a representante do setor administrativo do IFSC – Caçador a Sr. Priscilla Canalli Caramori Maffessoni e o Diretor-Geral do Câmpus Caçador Eduardo Nascimento Pires.

Perguntas:

- De onde vem o dinheiro enviado aos IF do Brasil?
 - Matriz CONIF especifica o montante a ser recebido por cada campus de cada IF. Posteriormente, após negociações, é aprovada através da LOA.
- Como o governo calcula a verba (crédito) que vai para cada IF?
 - É uma fórmula bastante complexa, que leva em consideração tipo de curso, se há campus que estão em período de implantação, entre outros fatores. Entretanto, o quantitativo de alunos é o principal deles.
- Como é realizada a distribuição da verba vinda do Governo Federal para o IFSC – Caçador?
 - É um valor determinado pela matriz CONIF e validada através de colegiados da instituição como CODIR e CONSUP.
- Qual seria o valor estimado para o campus Caçador antes do contingenciamento? E com o contingenciamento qual foi o valor enviado?
 - Custeio: R\$1480.830,00 (~37% foi contingenciado em maio); Investimento: R\$ 196.892,00 (~80% foi contingenciado em maio).
 - Em outubro, houve 100% da verba de custeio liberada e 50% de investimento.
- Esta verba (crédito) quando vem é enviado todo de uma vez ou vem em parcelas?
 - Em parcelas.
- Como vocês fazem o planejamento para o uso da verba (crédito)?
 - Através do PAT (Plano anual de trabalho), que é construído coletivamente, onde há definição dos recursos orçamentários e as prioridades e sempre é feito no ano anterior.
- Como esse contingenciamento afetou a qualidade do ensino no campus Caçador?
 - Afetou no planejamento de aulas práticas, visitas técnicas e editais de pesquisa e extensão.
- Como o IFSC – Caçador irá terminar o ano de 2019 referente a verba (crédito)?
 - Mesmo considerando que o contingenciamento fosse mantido, o campus Caçador se organizou para que o seu funcionamento não fosse afetado, garantindo condições mínimas para que os cursos continuassem. Como houve liberação de verbas, um grande esforço está sendo empenhado para que utilizemos a verba da melhor maneira

possível, privilegiando atividades com nossos alunos, de pesquisa e extensão, bem como material de consumo para aulas práticas e visitas técnicas.